

PCC ajudou viagens a vencer licitação, afirma Promotoria

# Dinheiro do PCC foi usado para vencer licitação de ônibus, afirma Promotoria

Investigação levou à prisão de quatro pessoas; empresas suspeitas de participação não responderam

Mariana Zylberkan e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Dinheiro obtido por meio de tráfico de drogas e outros crimes atribuídos ao PCC (Primeiro Comando da Capital) foram usados por duas empresas de ônibus para vencer licitações de transporte público na cidade de São Paulo e para a compra de ao menos 50 coletivos, de acordo com o Ministério Público.

As ilegalidades foram detalhadas em denúncia elaborada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo) contra as empresas Transwólf e UPBus, que transportam cerca de 700 mil passageiros por dia e receberam mais de R\$ 800 milhões da Prefeitura de São Paulo em 2023.

Em operação deflagrada na terça-feira (9), foram denunciadas 26 pessoas pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita. Ao menos quatro acusados foram presos, entre eles, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, dono da Transwólf, além de outras três pessoas ligadas à empresa.

O envolvimento de dinheiro do crime organizado com o sistema de transporte público paulistano foi apontado pelos promotores em transação ocorrida em 2015, quando a Transwólf precisou de um grande aporte financeiro para participar de uma licitação municipal.

Na então gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), o certame exigia comprovação de capital mínimo de R\$ 25 milhões para as empresas se tornarem aptas a concorrer. Para se adequar à exigência, a Transwólf, que, até então, operava na zona sul da cidade por meio de contratos emergenciais, se associou à empresa MJS Participações Ltda.

As investigações mostram que a MJS foi usada para ocultar a injeção milionária de dinheiro na Transwólf, que teve salto no capital social de R\$ 1 milhão para R\$ 25 milhões em 2015. Os valores foram obtidos por meio de depósitos em dinheiro fracionados e sem origem demonstrada, segundo denúncia do Gaeco.

Parte dos depósitos incorporados ao capital social da Transwólf foram feitos via financiamentos de baixos valores em um pequeno banco da zona sul de São Paulo, do qual os sócios da empresa de ônibus também eram correntistas.

Outra parte veio de empréstimos feitos por 88 pessoas físicas e empresas individuais,

sem qualquer capacidade econômica, das quais 39 eram ou se tornaram funcionários da Transwólf. "Tudo o que evidenciava o propósito de dissimular e ocultar a origem ilícita do dinheiro", diz trecho da denúncia do Gaeco.

Audidores da Receita Federal identificaram que a MJS Participações "não desempenhou nenhuma atividade operacional, não teve funcionários, não adquiriu nem alienou nenhum bem imóvel, não possui ônibus e não figurou como emitente ou destinatária de nenhuma NF [nota fiscal]", segundo trecho da denúncia. A empresa foi extinta em 2019 e teve como sócios Pandora e Moisés Gomes Pinto.

Logo após a entrada da MJS, a Transwólf assinou um contrato emergencial com a SPTrans para explorar duas linhas de ônibus na zona sul da cidade. Entre 2015 e 2022, após o aporte milionário da MJS, a empresa de ônibus incluiu 397 pessoas como cooperadas, "algumas delas indicadas pelo PCC", que passaram a receber repasses, de acordo com os promotores.

A MJS fez depósitos regulares a Robson Flares Lopes Pontes, integrante do PCC, segundo o Gaeco. Ele é irmão de Gilberto Flares Lopes Pontes, o Tobé, um dos líderes da facção criminosa morio em 2021. Um restaurante localizado no bairro de Socorro, na zona sul, foi usado no esquema de lavagem de dinheiro de Transwólf, segundo os promotores. A pessoa jurídica era responsável por emitir notas fiscais frias para justificar a contabilidade de parte das movimentações da empresa de ônibus.

O restaurante tinha contrato fictício de fornecimento de refeições e funcionários da Transwólf, diz a denúncia. Entre 2015 e 2019, o comércio movimentou R\$ 11,2 milhões em notas fiscais. Entre os produtos adquiridos, porém, os auditores da Receita encontraram alimentos em quantidades insuficientes para todas as refeições supostamente vendidas. Além disso, notas fiscais de compras de sacos de arroz e de feijão só foram emitidas ao longo de 2016, e não houve novas compras nos anos seguintes.

No mesmo período de quatro anos, o restaurante comprou 41,5 mil embalagens de marmitta, sendo que as movimentações financeiras foram referentes a venda de 358 mil refeições.

Cheques enviados pela MJS à Transwólf no valor total de R\$ 26.285.000 foram usados para a compra de 50 ônibus, em 2015. Os promotores afir-

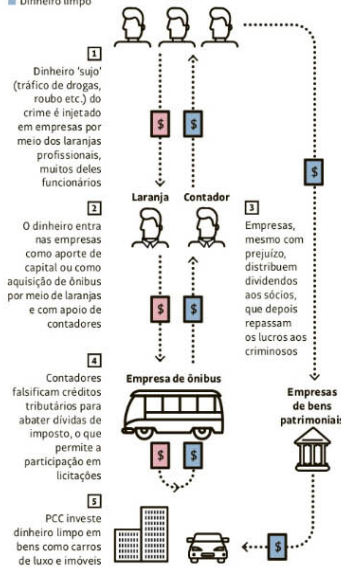


Armas encontradas em casa de um dos investigados na operação. Divulgação/Ministério Público

## Como funciona esquema ligado ao PCC nas empresas de ônibus, segundo a operação Fim da Linha

### Como o dinheiro era lavado

- Dinheiro sujo
- Dinheiro limpo



### A operação do transporte

|   |   |
|---|---|
| <b>UPBus</b><br>• Zona norte e zona leste             | <b>Transwólf</b><br>• Zona sul                                  |
| <b>Patrimônio de investigados:</b><br>R\$ 148 milhões | <b>Movimentação no esquema:</b><br>R\$ 732 mi entre 2020 e 2022 |
| 1.500 ônibus  | 700 mil passageiros por dia                                     |

“A admissão de uma grande quantidade de pessoas físicas, cada uma delas individualmente proprietária de um veículo, sem qualquer valor agregado para a companhia, constituiu operação no mínimo atípica para os parâmetros de mercado, visto que cada uma dessas pessoas passou a exercer papel relevante no quadro societário da empresa entregando veículos que, em sua maioria eram usados e contavam, com muitos anos de uso”

mam que a transação foi feita para lavar dinheiro do crime. Posteriormente, em 2019 a mesma empresa doou 45 desses veículos como pagamento de supostos empréstimos feitos por empresas individuais de pessoas ligadas à própria Transwólf.

Em apenas um ano, de 2017 a 2018, o patrimônio de Pandora saltou de R\$ 15 para R\$ 80 milhões, segundo informações obtidas via quebra de sigilo bancário. A movimentação foi alvo de alerta do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) já que os valores eram inconsistentes com sua ocupação.

Pandora foi indiciado em 2006 por formação de quadrilha sob a acusação de ter financiado o resgate do preso Nivaldo Eli Flausino Alves, o Branco, apontado como líder do PCC na época. Acionistas teriam usado veículos antigos para entrar em empresa.

Também em 2015 a UPBus, outra empresa de ônibus investigada no esquema, teve aumento de capital social de R\$ 1 milhão para R\$ 20,4 milhões, segundo registro na Junta Comercial. Com isso, ela conseguiu se habilitar para participar de uma licitação da prefeitura para transporte na zona leste que exigia capital mínimo de R\$ 10 milhões.

A denúncia do Ministério Público aponta que os novos sócios pagaram a entrada na empresa com veículos usados.

“A admissão de uma grande quantidade de pessoas físicas, cada uma delas individualmente proprietária de um veículo, sem qualquer valor agregado para a companhia, constituiu operação no mínimo atípica para os parâmetros de mercado, visto que cada uma dessas pessoas passou a exercer papel relevante no quadro societário da empresa entregando veículos que, em sua maioria eram usados e contavam, com muitos anos de uso”, afirma a investigação.

Ainda de acordo com a denúncia, a viagem possui diversos acionistas com envolvimento direto com a cúpula do PCC ou com suspeitos de crimes. Entre os citados nominalmente está Anselmo Bechell Santa Fausta, o Cara Preta, apontado como um líder da facção criminosa, assassinado a tiros em dezembro de 2021.

A denúncia aponta Silvio Luiz Ferreira, 46, o Cebola, como um dos dirigentes da UPBus. Ele não foi encontrado pela polícia durante a operação de terra e é considerado foragido.

A Receita Federal também encontrou indícios de que os veículos não foram declarados pelos três sócios iniciais.

Em um dos casos, um dos sócios declarou ter um único automóvel, mas teria integralizado cinquenta e três ônibus. Um outro sócio deixou de declarar dez coletivos. Um outro declarou dois, dos três ônibus pertencentes a ele.

As duas empresas foram procuradas pela reportagem, mas não responderam.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1